

ATA DE INSTALAÇÃO E JULGAMENTO – CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2026, às 14:00 horas, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Uruaçu – GO os membros designados pela Portaria nº 003/2026.

A Comissão procedeu à análise da documentação apresentada pelos participantes do **CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-VETERINÁRIOS INTEGRAIS, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS CLÍNICOS E DE URGÊNCIA, EXAMES LABORATORIAIS, INTERNAÇÃO 24H, CIRURGIAS EM GERAL, EXAMES DE IMAGEM (ULTRASSONOGRAFIA E RAIO-X) E PROCEDIMENTOS DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO).**

Após conferência da documentação exigida no edital e na legislação vigente, deliberou-se o seguinte:

TABELA DE HABILITAÇÃO

Nome	CNPJ	Modalidade Participante	Situação (Habilitado/Inabilitado)
Empório das Rações Produtos Agropecuários LTDA	10.822.488/0001-96	Pessoa Jurídica	Inabilitado

JUSTIFICATIVA

A empresa foi inabilitada em razão do não atendimento às exigências do Edital de Chamada Pública nº 005/2026, pelos seguintes motivos:

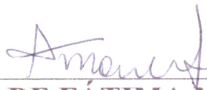
* Item 8.29: A Certidão negativa de falência apresentada pela empresa **não atende à exigência editalícia quanto ao órgão competente para sua expedição**, uma vez que não foi emitida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme previsto no art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

* Item 8.35:

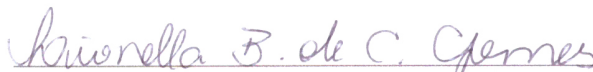
- O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) apresentado carece da assinatura do responsável técnico habilitado, caracterizando ausência de formalidade e eficácia jurídica do documento;

- O contrato com a empresa especializada responsável pelo manejo e destinação final dos materiais infectantes, resíduos biológicos e cadáveres não se encontra assinado pela empresa contratante (licitante). A ausência de assinatura válida da contratante torna o contrato juridicamente ineficaz e sem força vinculante, impedindo a comprovação efetiva do manejo e descarte ético exigidos no item 8.35 do instrumento convocatório.

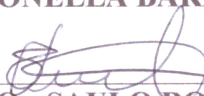
Conclusão: Diante das irregularidades apontadas, a Comissão deliberou pela inabilitação da empresa, em observância aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.



PRESIDENTE - ÂNGELA DE FÁTIMA MOUTINHO



MEMBRO - LIONELLA BARROSO DE CARVALHO GOMES



MEMBRO - SAULO ROCHA DE VASCONCELOS



MEMBRO - EMILAÍNE DOS REIS ALVES

PARECER FINAL DE JULGAMENTO – CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2026

A Comissão de Análise e Julgamento designada pela Portaria nº 003/2026, após exame da documentação apresentada na Chamada Pública nº 005/2026, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, manifesta-se nos seguintes termos:

1. DA HABILITAÇÃO:

Nome	CNPJ	Modalidade Participante	Situação (Habilitado/Inabilitado)	Justificativa
Empório das Rações Produtos Agropecuários LTDA	10.822.488/0001-96	Pessoa Jurídica	Inabilitado	Documentação apresentada não está em conformidade com o edital.

2. DA CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO:

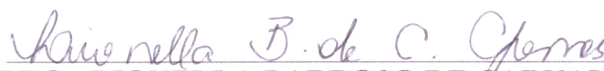
Nome	CNPJ	Modalidade Participante	Situação (Habilitado/Inabilitado)	Justificativa
Empório das Rações Produtos Agropecuários LTDA	10.822.488/0001-96	Pessoa Jurídica	Inabilitado	Documentação apresentada não está em conformidade com o edital.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Comissão opina pela homologação do resultado pela autoridade competente.

Uruaçu – GO, 05 de outubro de 2026.


PRESIDENTE - ÂNGELA DE FÁTIMA MOUTINHO


MEMBRO - LIONELLA BARROSO DE CARVALHO GOMES


MEMBRO - SAULO ROCHA DE VASCONCELOS


MEMBRO – EMILAINE DOS REIS ALVES